

RACISMO E EDUCAÇÃO: CAMINHOS E MEMÓRIAS DA CONSTRUÇÃO E DESCONSTRUÇÃO DA IMAGEM NEGATIVA DA POPULAÇÃO NEGRA NO BRASIL

Luana Lima Bittencourt Silva

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Memória, Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, luanna.llb@gmail.com;

Maria Salete de Souza Nery

Docente dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais: Cultura, Desigualdades e Desenvolvimento da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB - e do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, saletenery@ufr.edu.br.

Resumo

Tendo em vista a importância da abordagem da temática étnico-racial na atualidade e a necessidade de sua inserção nos espaços de formação social, este artigo busca discutir origens e continuidades de memórias sociais negativas sobre o negro no Brasil e a educação formal como espaço propício ao ensino e aprendizagem antirracistas. Adota-se como metodologia a análise e discussão teórica acerca do tema, baseada nos estudos de Paul Ricoeur sobre memória, além de autores importantes no debate de questões étnicas, racismo e educação, como Kabengele Munanga, Nilma Lino Gomes, Grada Kilomba e outros. Como resultados compreendeu-se que, apesar das lutas que exigiram e fomentaram implementação de leis e aumentaram a visibilidade sobre a desconstrução do racismo em âmbito social e educacional, as memórias de negatividade sobre os negros na sociedade brasileira foram construídas e muito bem

engendradas mediante diversas formas de manipulação que legitimaram narrativas dominantes, tendo como consequência a perpetuação velada ou explícita do racismo pela imagem estereotipada sobre o negro e ideologias de inferioridade. Entende-se, ainda assim, que a escola como lugar de formação de agentes sociais pode e precisa interferir nas práticas racistas através do estímulo à reflexão sobre os acontecimentos históricos e questões das relações de desigualdade na sociedade. Infere-se, ainda, que quando o ser passa por um processo educacional formal esclarecedor, tende a desenvolver consciência crítica e a enxergar mais facilmente as manipulações postas nos discursos em meio à coletividade, refletindo sobre o que deve apreender e o que deve combater.

Palavras-chave: Educação, Memória, Racismo.

Introdução

As relações étnico-raciais têm sido discutidas com maior intensidade nos últimos anos dando destaque à temática em âmbito mundial a fim de desmitificar preconceitos e tentar coibir a perpetuação da discriminação, da violência e do racismo. A partir da luta por igualdade racial, desencadeada por grupos e movimentos organizados, percebe-se um avanço considerável no que tange à abertura de espaços sociais para debate e aquisição de direitos através de legislações específicas, tanto no âmbito civil quanto penal. Porém, principalmente, para a população negra, ainda se percebe um longo caminho a ser percorrido em busca de transformação do pensamento social de desvalorização gerado pela trajetória que lhe foi imposta de forma arbitrária, escravizando e subjugando-a a condições de extremo desfavorecimento social.

As memórias construídas sobre os negros passaram por diversos processos oriundos do desejo de perpetuação de dominação sobre estes. Através de múltiplos atos de violência e desumanização buscou-se construir memórias pessoais e sociais que os tirassem do lugar de direito à liberdade, cidadania e igualdade. Ao passo que os dominadores construíram essas memórias, procuraram também apagar aquelas que se referissem às trajetórias, histórias, tradições e culturas dos africanos e afrodescendentes.

No princípio da construção da sociedade atual, muitas das ideias pregadas pelos tidos como vencedores das batalhas da humanidade atravessaram continentes e onde quer que se instauraram fizeram crescer egos, ódios, misérias, maldades e deturpações sobre o que e como seria uma sociedade desenvolvida e plena. Padrões ideológicos, morais, comportamentais e estéticos se estabeleceram sendo repassados e postos como memórias vivas do passado a serem reapresentadas no presente de forma a exaltar ou inferiorizar os sujeitos. Em maior ou menor intensidade, nas diversas civilizações e gerações, esses padrões foram sendo remodelados para de alguma forma subsistirem às mudanças nos sistemas políticos, sociais e econômicos e continuaram fazendo parte da experiência da vida humana, seja como fonte de dominação do opressor ou como sofrimento do oprimido. No Brasil, devido, até mesmo, à sua origem política e econômica, as artimanhas para exclusão e omissão das memórias de positividade sobre

os negros foram intensas, contínuas e renovaram-se a cada época, perdurando nos tempos de muitas gerações e ainda sobrevivendo na atualidade.

Tendo em vista a importância da abordagem da temática étnico-racial na atualidade e a necessidade de sua inserção nos espaços de formação social, este artigo busca discutir origens e continuidades de memórias sociais negativas sobre o negro no Brasil e a educação formal como espaço propício ao ensino e aprendizagem antirracistas. Assim, tomando como base os estudos do filósofo Paul Ricoeur, considerar-se-á a memória como um processo de cognição do ser humano, o qual pode se dar de maneira espontânea ou através de um esforço do indivíduo para trazer à luz algo do passado (RICOEUR, 2007). Logo, a memória será percebida como parte integrante e primordial do ser humano no que tange ao aprendizado e à conexão deste com o mundo, dotando-o de significado através das experiências passadas e presentes, quer sejam elas em âmbito pessoal ou coletivo, de forma objetivamente experimental ou através da apreensão de discursos sociais.

Partindo, também, da premissa de que as ações das pessoas são resultados de um aprendizado internalizado que é construído na coletividade, entende-se que é necessário discutir o que foi ensinado, o que foi aprendido nos espaços formais e informais, bem como o modo como esse processo se dá dentro da sociedade, muitas vezes, sendo ditado por padrões originados em classes privilegiadas que um dia tomaram para si o direito de se sentirem e se dizerem melhores, exaltando suas memórias e histórias oficializadas em detrimento daquelas que são consideradas minorias em quesito de igualdade. Mas, apesar disto, entende-se a necessidade de discutir como a educação formal, como espaço de formação social, detém possibilidades diversas de contribuir de forma efetiva para o combate ao racismo através do fomento à reflexão sobre as estruturas e construções racistas que se fizeram, a fim de desmistificar conceitos e ressignificar representações de negatividade sobre os negros. Sendo assim, adotar-se à estudos de Nilma Lino Gomes, Kabengele Munanga e Grada Kilomba como aportes teóricos.

Metodologia

Este artigo trata-se de uma discussão teórica oriunda de um fragmento estrutural do estudo em andamento para tese de doutoramento

que visa compreender de que forma a utilização de imagens e discursos sobre os negros influencia nas campanhas publicitárias para consumo no Brasil e verificar se e como a obtenção de maior nível de formação acadêmica modifica a forma de analisar os discursos das marcas em suas ações de marketing.

Para este estudo, foi realizada pesquisa bibliográfica e escolhidos como fontes principais os estudos e discussões propostas por Ricoeur (2007), Munanga (1996;2003), Kilomba (2010) e Gomes (2003; 2013; 2018). Sinaliza-se, ainda, que outros estudos sobre a temática são utilizados como fontes auxiliares e complementares.

Resultados e discussão

Origens e continuidades das memórias sociais sobre a população negra no Brasil

O crescimento econômico e social em diferentes áreas do planeta foi realizado em meio às guerras físicas e ideológicas entre os povos. Venciam aqueles com maior força bélica, mais fontes econômicas, maior número de aliados ou mesmo maior conhecimento técnico e científico capaz de convencer de que estavam certos e deveriam ser seguidos. Nos dias atuais, não causando menor estrago, uns tentam prevalecer sobre outros por se acharem mais inteligentes, mais espertos, mais dotados de poder, mais 'especiais' ou mais desenvolvidos. Em muitos casos, algumas pessoas nem precisam fazer esforços específicos para se sobressair, pois a construção coletiva em torno do grupo do qual faz parte já se encarregou de os elevar, ao mesmo tempo que desvaloriza outros. Assim novas gerações acabam, de forma intencional ou não, por perpetuar desigualdades a partir de aprendizados incorporados que resguardam valores preconceituosos e se dão através de diversos esquemas operacionais diluídos nos campos sociais, por vezes disfarçados, em prol da manutenção de um sistema de dominação e exploração.

A escravidão dos povos negros, tanto por sua duração quanto por sua extensão territorial, pode ser observada como um grande marco social, que apesar de ter deixado de fazer parte do sistema socioeconômico na sua forma original é vista como um dos pontos fortes para manutenção da ideia de superioridade de raças, sendo fonte para muitos dos olhares estigmatizados sobre os negros, bem como parte

do imaginário atual de muitos sobre o lugar que estes devem ocupar, vistos como escórias da sociedade. Assim, infere-se que a classificação racial baseada nessas ideologias ainda interfere nas relações sociais, sendo mantida por uma série de memórias sociais que passam de geração em geração apoiadas em preconceitos que acabam sendo reforçados por agentes sociais em áreas como educação, política, mercado de trabalho, mídia e outros.

Ao longo do tempo, soma-se que mais de 4,5 milhões africanos foram trazidos ao Brasil (MARQUESE, 2006) para serem utilizados nos mais diversos trabalhos em todo o país. Cita-se ainda que o território brasileiro foi o maior importador de africanos escravizados da América (ALENCASTRO, 2018), recebendo negros traficados por mais de três séculos. Esses acontecimentos podem ser vistos também como fonte para a formação de uma nação tão dual, a qual mesmo sendo composta por uma maioria populacional negra, tem uma sociedade totalmente permeada pelo racismo implícito e explícito, como resultado da manutenção de memórias passadas que inferiorizam o negro ao invés daquelas que demonstram a força e a beleza de sua ancestralidade, sua luta por resistência, sua força na construção desse país e os diversos protagonistas negros que deveriam ser orgulho, mas foram empurrados ao esquecimento.

Sabendo que numa construção social com base em uma narrativa seletiva, na qual as mais influentes têm mais ênfase, percebe-se que estas são daqueles que tomaram para si a legitimidade dos discursos e perpetuação destes, os quais através de seus postos de poder e domínio, puderam construir e narrar, encontrando validade no meio social e continuidade no mesmo. Entende-se, assim, que os colonizadores buscaram legitimar a escravidão através de pontos como exaltação de suas identidades, costumes, culturas e de suas conquistas como dominadores contando ser, então, parte de um povo mais forte e capaz ao distorcer a realidade de sua crueldade.

A violência com que foi formada a nação brasileira já deu bases para o estabelecimento de memórias que favoreceram seus colonizadores. Assim, processo de disseminação coletiva das memórias dos exploradores foi facilitado, gerando consequências profundas e o prezar pela repetição de tais memórias tendeu a fugir da criticidade daquilo que estava sendo lembrado (RICOEUR, 2007), incidindo de geração em geração uma falsa sensação de certeza sobre o que deveria ser guardado e cultuado como padrões de comportamento

e tratamento aos negros. Na complementaridade entre a memória e o esquecimento ergueu-se uma fortaleza que segregou os negros em todos os ambientes, por muito tempo. Não deveria haver quaisquer questionamentos sobre a condição de vida e tratamento dado aos negros e aos poucos a história contada virou 'verdade' e memória, ao passo que sempre que lembrava-se os negros imputava-se a eles todos os quesitos de inferioridade e merecimento da situação em que se encontravam como um construto da ideologia dominante. Sua terra, seu povo, sua cultura, sua origem e sua trajetória foram retratados de forma deturpada e a realidade foi moldada e fantasiada com substancial negatividade visando impossibilitar o aparecimento das narrativas dos reais protagonistas dessas histórias.

Os escravizados eram vistos como violentos e perigosos à integridade física da população e as fugas e revoltas que fizeram parte do processo de resistência dos negros à barbárie da escravidão foram utilizados como reforçadores dessa imagem. Desde a chegada destes no Brasil, divulgou-se que tinham instintos e comportamentos selvagens e ofereciam risco aos demais. Os negros foram sendo pintados como aqueles que queriam roubar dos dominadores os direitos que lhes cabiam, os bens que lhes pertenciam e a vida que tinham (KILOMBA, 2010).

No Brasil, estima-se que 338 anos se passaram desde a vinda dos primeiros africanos a serem escravizados até a abolição da escravatura. Nesses mais de três séculos muitas foram as formas de resistência dos negros contra esse sistema de exploração, mas muitas também foram as mazelas deixadas e as vidas perdidas no período de escravidão em virtude dos castigos, maus tratos e também de suicídios (LEITE, 2017). Após a Lei Áurea, apesar de libertos, os negros não se viram livres no verdadeiro sentido da palavra. Assim, entendendo que aprendizados ocorrem através da experiência do eu no mundo e nas relações estabelecidas nele e com ele (RICOEUR, 2007), infere-se que a todo momento tentou-se ensinar aos negros que a sociedade livre não era para eles. Mesmo com a lei escrita dizendo que poderiam fazer parte dela, a realidade relacional deles com o mundo e com as demais pessoas dizia sempre o contrário.

Aos poucos normalizou-se a experiência à qual o negro foi posto e ao pensar sobre este, automaticamente, agia-se conforme o que havia sido internalizado dessa ideologia de inferioridade. O homem como agente capaz de utilizar-se da lembrança com reflexividade

para promoção de suas ações passou a usá-la nesse quesito específico como o que pode ser comparado a um hábito, algo que se tornou espontâneo tanto por ter sido apreendido de forma efetiva, quanto por se tornar parte do cotidiano. Assim, é possível fazer uma alusão sobre essa inserção da imagem do negro ao que Ricoeur (2007) identifica como memória-hábito, a qual para o autor, se dá por intermédio da reutilização comum de um aprendizado internalizado nas reações à determinada situação, que por se dar constantemente no presente não fica nitidamente perceptível como oriunda do passado. Assim, o tratamento a ser despendido ao negro aparecia sem nem precisar de esforço para o trabalho de busca na memória sobre o que se passou, estando tão presente nas pessoas quanto o próprio ato de falar, comer e andar.

Este processo pode ser analisado, pertinentemente, através da inferência de que a manipulação da memória pode se formar em virtude do confronto firmado quando o outro é percebido como uma ameaça ao espaço identitário que o dominante possui (RICOEUR, 2007). Buscando tanto manter seus espaços sociais, quanto suas histórias e vitórias, a classe exploradora não poderia suportar o adentrar de outros povos onde imaginavam caber só a eles mesmos, por isso percebe-se que pouco a pouco introduziam-se mais argumentos que reforçavam os estereótipos já existentes ou criavam novos olhares negativos sobre os negros no meio social.

Memórias estruturadas na aprendizagem formal e informal e a educação antirracista

A educação pode ser observada como um processo conjunto que engloba os aprendizados oriundos dos espaços formais, do seio familiar e comunitário e, ainda, dos meios de comunicação que refletem e propagam a cultura social. Entende-se, assim, que o aprendizado pode se dar de forma mais autônoma ou instruída e que processos educativos ocorrem a todo momento, mesmo que não percebidos como tal, tendo em vista a capacidade do ser humano de retenção de suas experiências e vivências.

A aprendizagem informal é tida como aquela baseada principalmente no viés cultural, na sociabilização e nas práticas cotidianas. Este tipo de apreensão se dá por meio dos processos de interação entre o indivíduo e o contexto no qual está e tem base na experimentação

e nas relações (FLACH e ANTONELLO, 2010). Desta forma, observa-se que o ser humano está rodeado de oportunidades de aprender e de absorver conhecimentos que serão retidos na memória para uso cotidiano ou específico, os quais interferem diretamente na forma de enxergar e compreender o mundo. Então, o processo de internalização é, justamente, a base da relação do ser com o mundo no que tange à influência do contexto sobre o sujeito, inferindo aqui a ligação entre a memória interna que está, constantemente, sendo permeada pela exterioridade.

Conforme Daniels (2011), o ser humano tende a absorver os discursos sociais e coletivos em um processo de interação com sua subjetividade e, muitas vezes, introjeta esses discursos em falas para si. Nisto, confere-se que é devido ao sujeito realizar uma análise do que está aprendendo, mas nem sempre é possível, tendo em vista a existência de diversas forças estruturantes que buscam engendrá-lo nas configurações postas pelas potências dominantes na sociedade. Os processos de ensino informais e sociais tendem a ser intencionais, mesmo que não percebidos desta forma por muitos daqueles que repassam ou inspiram os aprendizados absorvidos pelas pessoas (REATTO, 2014). Justamente pelo contato constante com determinada verdade, seja pela observação, pela instrução ou pela experimentação, dá-se nos seres humanos o hábito de reprodução, caso essa absorção de aprendizado, oriunda do contexto, seja fixada na memória sem a devida análise e policiamento sobre as ações a partir dela. Partindo da premissa de que a memória é exercida por um ser capaz (RICOEUR, 2007), leva-se em conta que este possui escolhas racionais através do exercício de sua subjetividade, mas para isso precisa de conhecimentos que ponham em questionamento o que vem do meio externo.

Inserindo essa discussão no quesito étnico-racial, percebe-se que as inferências postas ao negro na sociedade trabalham para a internalização individual e social de sua inferioridade e sua negatividade. Tomando as mídias como fontes de educação informal, por exemplo, percebe-se uma atuação contrária a uma educação antirracista dos agentes sociais (PRUDENTE, 1989) e acabam reforçando direta ou indiretamente a manutenção dos estigmas postos sobre os negros. E, assim como as mídias, há muitos espaços sociais que realizam o mesmo exercício de reprodução.

Sem dúvidas, os africanos e seus descendentes foram os grandes construtores do Brasil (ALBUQUERQUE e FILHO, 2006), mas, apesar de

sua contribuição para a formação da sociedade brasileira ser inegável, tanto no que tange ao seu povo quanto ao que tange à sua riqueza, cultura e religiosidade (ARAÚJO, 2004; MATTOS, 2005), os negros, por muito tempo, foram vistos como escórias sociais e foram deixados de lado nas histórias e memórias do protagonismo e o reconhecimento disto não foi dado e nem contado como deveria tanto nos espaços sociais informais, quanto na educação formal. Assim, memórias sobre os negros no Brasil remetiam apenas à escravidão (ZUBARAN e MACHADO, 2014) e as representações sobre eles, na maioria das vezes, recaíam sobre a ideia do escravo explorado e acomodado à situação, sem capacidade de reação (PEREIRA, 2015) demonstrando mais uma vez como as histórias oficiais tendem a privilegiar a classe dominante.

Conforme Ricoeur (2007), as histórias oficiais são difíceis de ser questionadas, justamente, porque prega-se o ensinamento e o repasse destas sem o filtro da dúvida, para legitimar determinada realidade construída. Assim, as potências superiores acabam tomando espaço por meio de narrativas que podem ser tanto intimidadoras quanto sedutoras. Nisto, observa-se que por muito, e em parte ainda hoje, as histórias autorizadas e impostas excluíram ou mostraram o negro apenas pelo viés negativo da visão do explorador, tornando-se um perigo para as relações sociais e as construções identitárias pessoais e grupais na sociedade.

No campo educacional formal, por exemplo, por muito tempo observou-se uma omissão ao tema racismo e o cultivo da cultura eurocêntrica que acabavam por diminuir ainda mais o negro (NASCIMENTO, 2016; MUNANGA, 1996; SOUZA 2017). Assim a omissão ou retratação estereotipada do negro comprometeu a formação antirracista tanto dos negros quanto dos brancos, reforçando uma hierarquização racial (CASTILHO, 2004) e ainda vem fazendo isto, em muitos casos, pois é perceptível, a partir de diversos estudos, que o racismo não desapareceu dos espaços escolares.

Nas instituições de educação formal são encontrados espaços propícios a uma construção identitária fundamentada, mas nem sempre estes têm sido utilizados como tal. Até mesmo por ser um local de constante interação, a escola tende a ser um dos locais onde muitas das experiências de racismo ocorrem (GOMES, 2003), achando oportunidade nas situações mais corriqueiras que abrem horizontes para apelar, humilhar, excluir e discriminar. Isso ocorre, até mesmo, pela

longa existência do racismo que permeia as relações sociais sendo aceito com naturalidade, quando em formatos tidos como brincadeiras ou de forma velada. Nisto, Almeida (2005, p. 4) cita vivências de negros sobre as humilhações através de apelidos pejorativos tais como “orelhudos, macacada, crioulinho, bicho da orelha redonda”, demonstrando a violência simbólica que pode se dar diversos nos espaços sociais, bem como no ambiente escolar e informando sobre os traumas que estes acontecimentos tendem a gerar na interioridade da vítima.

Cita-se, ainda, que o silenciamento da vítima e dos que estão na situação pode influenciar na manutenção dos atos racistas e demonstrar a ela falta de perspectiva em modificar a realidade experimentada, interferindo nos processos identitários (MARTINS e GERALDO, 2013) e fazendo da negação ou da introspecção válvulas de escape para o sofrimento interno. Assim, como no espaço escolar ocorrem situações de cinho racista, mesmo que se deem em menor ou maior intensidade, faz-se necessário a interferência educacional consciente, de forma antecessora, instantânea e sucessora aos acontecimentos tidos como racistas.

Assim, ao contrário do viés cultural de inferiorização do negro, a educação antirracista pode direcionar a sociedade para um futuro mais igualitário e baseado na equidade e inclusão no viés racial (MUNANGA, 2003) desenvolvendo trabalhos que valorizem as memórias, histórias, culturas e estéticas da população negra. Deste modo, torna-se essencial modificar a forma como a história dos negros é contada dentro das salas de aula, tirando do imaginário da população a inferioridade que é trazida, desmistificando a demonização de sua religiosidade e cultura e modificando a visão que mostra o negro como ameaça e ruindade. Conforme Queiróz (2016, p. 166),

É preciso apresentar a verdadeira história dos afrodescendentes. Suas lutas, sua colaboração e influência na culinária, dança, religiosidade e costumes para a nossa brasilidade. Desmitificar a imagem do “negro no tronco”, sempre subserviente, dominado e sem valor se faz necessário. E é principalmente na escola que essa desmitificação deve acontecer. Instituição onde as cores se misturam e se relacionam.

A educação que preza pelo enfrentamento do racismo precisa valorizar a cultura negra e esclarecer os fatos e resultados históricos

em busca de reestruturação, por isso a grande luta dos movimentos negros e educacionais pela mudança nos currículos escolares para que desde a Educação Básica possam ser trabalhados conteúdos que insiram o debate étnico-racial como fonte de reflexão do alunado que vive em um contexto social ainda muito permeado pelo racismo e que pode se tornar agente de combate à essa prática.

Para Ricoeur (2007, p. 455), “lembranças encobridas, esquecimentos, atos falhos assumem na escala da memória coletiva, proporções gigantescas que apenas a história, e mais precisamente, a história da memória é capaz de trazer à luz” e é este trabalho que os movimentos negros têm buscado fazer na sociedade brasileira a fim de mudar a visão deturpada que intencionalmente foi criada, divulgada e absorvida. Através da educação formal e informal, muitos negros e não-negros têm agido de forma conjunta para desmistificar os conhecimentos construídos em torno dos africanos e seus descendentes. Apesar de não ser um trabalho fácil e rápido, as conquistas são importantes e têm expandido a discussão sobre a questão étnico-racial no país de forma bastante positiva.

Sem dúvidas, a inclusão da história e cultura afro-brasileira nos currículos escolares do Brasil, por exemplo, foi uma grande conquista pública do movimento negro contra o racismo pelo viés educacional. Cita-se então a instituição da Lei 10.639/2003, que insere o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na Educação Básica como obrigatoriedade, funcionando como uma política fomentadora da afirmação da diversidade étnica e cultural pautada na construção da Educação das Relações Étnico-Raciais nas instituições escolares do Brasil (GOMES E JESUS, 2013) e é um aporte para o combate ao racismo dentro e fora do ambiente escolar através da conscientização dos educandos. Apesar de nem sempre as escolas conseguirem desenvolver um trabalho efetivo situado na Lei 10.639/2003, essa obrigatoriedade de alguma forma abriu os olhos dos educadores sobre a necessidade de compor atividades que tenham como foco essa discussão sobre o racismo e a mudança de visão sobre os negros nas escolas e isto já se faz como um avanço educacional de grande valia.

É necessário entender a importância da educação antirracista no espaço escolar formal como essencial para contribuição da formação integral do ser, bem como para o auxílio da quebra de desigualdades raciais. É considerável frisar, porém, que ainda há falhas na formação e continuidade formativa do corpo docente, e que não são trabalhadas

as questões pertinentes para o combate ao racismo e o debate sobre os fatos históricos (GOMES e JESUS, 2013). Assim, os cursos de nível superior de todas as áreas de licenciatura precisam se atentar para esse debate tendo em vista o foco na formação dos que serão os formadores das novas gerações e, indo mais além, reforça-se aqui a necessidade de que todos os cursos de nível superior entendam a importância do debate histórico-sociológico para prezar pela formação de profissionais conscientes, responsáveis e críticos de suas ações na sociedade, as quais podem ajudar a corrigir a visão sobre os negros.

A elevação do nível de escolaridade tem sido vista como porta para ascensão social e econômica da população negra, mas nem sempre é possível garantir que isso aconteça tendo em vista o racismo estrutural ainda forte na sociedade e no mercado de trabalho que demarca onde o negro deve estar (MADEIRA e GOMES, 2018). Isto sem contar com os diversos discursos contrários a esta política prezando pelo viés meritocrático, esquecendo-se das desigualdades formadas pelo processo histórico vivenciado pela forma como se construiu a sociedade brasileira e a constante negação de oportunidades aos negros devido aos estigmas raciais.

Não é possível dizer que a forma como se estabelecem as cotas raciais no ensino superior, hoje também nos concursos públicos, seja a melhor forma de resolver a desigualdade étnico-racial no país, mas é uma das formas encontradas para inserir o negro em espaços que antes, pelas desigualdades vivenciadas em sua trajetória, não lhe seriam ofertados, dando oportunidades e mostrando à sociedade que os negros são capazes de desenvolver qualquer trabalho que desejarem, coisa que antes era privilégio de uma grande maioria branca que sempre estava à frente dos negros pela distinção de barreiras sociais que lhes eram apresentadas.

Cita-se que o maior grau de escolaridade é percebido como porta para formação crítica expandida do ser humano, no qual, teoricamente, a existência de pensamentos discriminadores poderia ser quebrada, porém é possível encontrar na sociedade muitos indivíduos que destoam dessa premissa, ao passo que mesmo com nível de escolaridade superior usam suas posições sociais e simbólicas para cultivar, ensinar e manter estereótipos ao invés de serem agentes ativos contrários a isto. Esta constatação demonstra, por um lado, que o senso comum dominante ainda muito forte na formação individual e que, por outro lado, a educação formal, em alguns casos, pode estar faltando em seu

papel de espaço para a reflexão social, prezando apenas pela profissionalização sem debate sobre as relações e problemas sociais.

Assim, torna-se, importante a percepção dos gargalos ainda existentes tanto na educação informal quanto na educação formal, que, por sua vez, ainda não tem conseguido oferecer ensinamentos mais fortes que os ideais pregados pelo racismo e já contrapostos por todos os campos de estudo reapresentado as memórias e histórias e desmentindo qualquer fonte de superioridade e inferioridade de raças. Por fim, entende-se que ainda há muito o que trabalhar para modificar a realidade dos que foram e são feridos pela sua pertença racial pela exclusão e estereotipagem, ao mesmo tempo em que reforça-se que há espaço para construção de novas vertentes neste âmbito através de processos educacionais e comunicacionais mais dispostos e comprometidos a analisar e refletir, bem como auxiliar a ressignificação da negritude na sociedade.

Considerações finais

A imagem social do negro foi carregada de negatividade por diversos processos ao longo de sua trajetória. Conforme discutido, num jogo de poder e pulsões ideológicas criou-se uma verdadeira redoma para isolamento dos africanos e seus descendentes no Brasil ao usar a complementaridade entre experiências, histórias, mitos e teorias raciais. A estigmatização dos negros, então, pode ser dada como uma realidade construída no passado e ainda marcante no presente. Ao ser representado como escória da sociedade continuaram sendo vistos com menosprezo perpetuando memórias sociais de exclusão e desprezo ao passo que as memórias sociais sobre estes foram transmitidas geracionalmente pelo viés da narrativa dominante e sendo absorvidas nos processos de aprendizagem pelos quais o ser humano passa ao longo de sua vida nos espaços formais e informais.

Entendendo que a escola, por ser um lugar de integração social, constitui-se como fonte de experimentação das relações que interferem na construção da imagem e identidade, tanto no quesito coletivo quanto pessoal, pode e precisa interferir nas práticas racistas através do fomento à reflexão sobre os acontecimentos históricos e as questões das relações de desigualdade na sociedade. Infere-se, ainda, que quando o ser passa por um processo educacional formal esclarecedor, tende a desenvolver consciência crítica e a enxergar mais facilmente

as manipulações postas nos discursos em meio à coletividade, refletindo sobre o que deve absorver e o que deve combater.

De forma antecessora aos atos racistas, entende-se a necessidade de escolas que trabalhem uma educação voltada para a apresentação de memórias positivas sobre os negros, tentando corrigir os abusos de memória e esquecimento utilizados pelos dominadores tanto na propagação pelo senso comum, quanto pelo viés da história oficial. Para isto infere-se que é essencial uma formação substancial dos educadores e profissionais da educação envolvidos no processo educativo formal e informal no meio escolar, discussão intensa sobre as consequências do racismo para a vítima e para o opressor nas relações sociais e abordagem de conhecimentos que levem o alunado e os profissionais a refletirem sobre seus discursos e ações, que podem estar subjetivamente permeados pelo racismo mesmo que de forma singela e silenciosa sem percepção de como ajudam a perpetuá-lo. No que tange à interferência instantânea é importante que os profissionais e os alunos educados para essa reflexão antirracista não deixem as situações racistas passarem como naturais ou normais, devendo intervir de forma incisiva pelo viés de esclarecimento e conscientização da vítima e do agressor. E por fim, no tempo que sucede ao racismo deve-se refletir sobre as lacunas que o deixaram aparecer no ambiente e quais as melhores formas de trabalhar pedagogicamente o problema em busca de soluções.

Apesar de não serem os únicos espaços formativos na sociedade, as escolas e as universidades ainda são os locais com maior possibilidade de realizar de forma efetiva o trabalho de desconstrução das ideologias racistas que se mantiveram firmes e remodelaram-se ao longo do tempo no Brasil. A ressignificação das memórias sociais sobre a população negra necessária para construir uma sociedade mais igualitária e justa para os cidadãos que dela fazem parte e o trabalho educacional é um dos caminhos que podem abrir os horizontes para tal. Assim, ratifica-se a essencialidade de que as educação esteja comprometida com a questão étnico-racial, prezando pela formação consciente de seus discentes.

Referências

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FILHO, Walter Fraga. **Uma história do negro no Brasil**. Fundação Cultural Palmares, Salvador, 2006.

ALENCASTRO, Luís Felipe de. **África, números do tráfico atlântico**. In: Dicionário da escravidão e liberdade - organizadores Lilia M. Schwarcz e Flávio Gomes; Companhia das letras - 2018.

ALMEIDA, Patrícia Lage de. **Elos de permanência**: o lazer como preservação da memória coletiva dos libertos e seus descendentes. Anais do I Colóquio do Lahes, Juiz de Fora, junho de 2005. Disponível em: < <https://www.ufjf.br/lahes/files/2010/03/c1-a54.pdf>>. Acesso em janeiro de 2021

ARAÚJO, Emanuel. Negras memórias: o imaginário luso-afro-brasileiro e a herança da escravidão. **Estudos avançados**, nº 18, 2004. Disponível em: < https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000100021>. Acesso em janeiro de 2021.

BRASIL. **Lei 10.639 de 09 de janeiro 2003**, altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm>. Acesso em janeiro de 2021

CASTILHO, Suely Dulce de. A representação do negro na literatura brasileira: novas perspectivas. **Olhar de professor**, Ponta Grossa, nº 7, p. 103-113, 2004. Disponível em: <<https://www.revistas.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/684/507>>. Acesso em dezembro de 2020

DANIELS, Harry. **Vygotsky e a Pesquisa**. Tradução de Edson Bini. 2011, São Paulo: Loyola.

FLACH, Leonardo; ANTONELLO, Cláudia Simone. A Teoria sobre Aprendizagem Informal e suas implicações nas organizações. **Revista Gestão.Org** – 8 (2):193-208 – Mai/Ago 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/gestaoorg/article/viewFile/21626/18318>>. Acesso em dezembro de 2020

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. **Educação**

e **Pesquisa**, São Paulo, v.29, n.1, p. 167-182, jan./jun. 2003. Disponível em:< <https://www.scielo.br/pdf/ep/v29n1/a12v29n1>>. Acesso em dezembro de 2020.

_____, Nilma Lino. Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou ressignificação cultural?. **Revista Brasileira de Educação**, nº 21, 2002. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbedu/n21/n21a03.pdf>>. Acesso em outubro de 2020

GOMES, Nilma Lino; JESUS, Rodrigo Ednilson de. As práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva de Lei 10.639/2003: desafios para a política educacional e indagações para a pesquisa. **Educar em Revista**, núm. 47, enero-marzo, 2013,

19-33. Universidade Federal do Paraná. Disponível em:< <https://www.redalyc.org/pdf/1550/155025722003.pdf>>. Acesso em janeiro de 2021
KILOMBA, Grada. A máscara. Cadernos de literatura em Tradução, n. 16, p. 171-180, 2010. Disponível em: < https://filosofia-africana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/grad_a_kilomba_-_a_m%C3%A1scara.pdf>. Acesso em dezembro de 2020

LEITE, Maria Jorge dos Santos. Tráfico atlântico, escravidão e resistência no Brasil. Sankofa. **Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana** Ano X, NºXIX, agosto/2017. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/sankofa/article/download/137196/132982/>>. Acesso em novembro de 2020

MADEIRA, Zelma; GOMES, Daiane Daine de Oliveira. Persistentes desigualdades raciais e resistências negras no Brasil contemporâneo. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 133, p. 463-479, set./dez. 2018. Disponível em: < <https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n133/0101-6628-sssoc-133-0463.pdf>>. Acesso em dezembro de 2020

MARQUESE, Rafael de Bivar. A dinâmica da escravidão no Brasil: Resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. **Novos estudos**, março de 2006, p. 107. Disponível em:< https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002006000100007>. Acesso em novembro de 2020

MARTINS, EDNA; GERALDO, Aparecida das Graças. A Influência da Família no Processo de Escolarização e Superação do Preconceito Racial: um estudo com universitários negros. **Revista Psicologia Política**, ISSN-e 1519-549X, Vol. 13, Nº. 26, 2013, págs. 55-73. Disponível em: < <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7431638>>. Acesso em novembro de 2020

MATTOS, Hebe Maria. Memórias do cativo: narrativas e etnotexto. **História Oral**, v. 8, p. 43-60, jan-jun, 2005. Disponível em: <<https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/115>>. Acesso em novembro de 2020

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão Negra**. Lisboa: Antígona, 2017. Comunicação e Sociedade.

MUNANGA, Kabengele (org.). **Estratégias e políticas de combate à discriminação racial**. São Paulo, EDUSP, 1996.

_____, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. **Cadernos Penesb**, Niterói, Editora da UFF, N 5, p. 15- 34, 2003. Disponível em:<<https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-noco-es-de-raca-racismo-dentidade-e-etnia.pdf>>. Acesso em novembro de 2020

NASCIMENTO, Abdias. **O Genocídio do negro brasileiro: Processo de um Racismo Mascarado**. Editora Perspectivas, São Paulo, 2016.

PEREIRA, Neuton Damásio. **A trajetória histórica dos negros brasileiros: da escravidão a aplicação da lei 10639 no espaço escolar**. TCC apresentado ao curso de pós-graduação em educação das relações étnico-raciais da Universidade Federal do Pará. Curitiba, 2015 Disponível em:< <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/52792>>. Acesso em dezembro de 2020

PRUDENTE, Eunice Aparecida de Jesus. O negro na ordem jurídica brasileira. **Cadernos Espinosanos** (E-jornal), São Paulo, novembro de 1989. Disponível em:< <https://core.ac.uk/reader/268355836>>. Acesso em novembro de 2020

QUEIRÓZ, Meiridiana de Oliveira. Resignificação da imagem do negro a partir dos textos verbais e não verbais inseridos no livro de português. **XVII Encontro Estadual de História** – ANPUH-PB, v. 17, n. 1, 2016. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/index.php/xviieeh/xviieeh/paper/viewFile/3409/2728>>. Acesso em novembro de 2020.

REATTO, Diogo. **Os processos de aprendizagem informal no local de trabalho**: um estudo com técnicos-administrativos numa faculdade pública estadual. Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação da Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2014. Disponível em:< <http://tede.mackenzie.br/jspui/bitstream/tede/628/1/Diogo%20Reatto.pdf>>. Acesso em janeiro de 2021

RICOUER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas – SP: Editora Unicamp, 2007

SOUZA, Elaine Chagas de. **O desafio da beleza negra no mundo da moda**. Monografia apresentada ao curso de Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2017 ZUBARAN, Maria Angélica; MACHADO, Lisandra Maria Rodrigues. Que memórias e histórias negras se ensinam nos museus? Do esquecimento ao reconhecimento. **Linguagens, Educação e Sociedade**, Teresina, Ano 19. n.30 jan./jun. 2014. Disponível em:< <https://revistas.ufpi.br/index.php/lingedusoc/article/download/8708/pdf>>. Acesso em novembro de 2020